



Juventudes, Abandono e Permanência Escolar: Estudo de Caso de uma Escola Pública no Município de Viamão

Luiz Gustavo Santos Tessaro¹

Patrícia Espíndola de Lima Teixeira²

Marcelo Bonhemberger³

RESUMO: Abandono e permanência escolar são dois fenômenos complexos. Este estudo examinou fatores relacionados à permanência e às trajetórias escolares não lineares entre jovens estudantes do Ensino Médio. Optou-se por um delineamento do tipo estudo de caso. Foi estudada uma escola estadual em Viamão. O conteúdo foi submetido à Análise Textual Discursiva. Obteve-se, como categorias finais, fatores externos, escolares e pessoais que favoreciam o abandono e a permanência. As trajetórias não lineares são influenciadas por múltiplos fatores, sobretudo de ordem comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Abandono Escolar; Permanência Escolar; Ensino Médio; Juventudes; Educação básica.

ABSTRACT: School dropout and school persistence are two complex phenomena. This study examined factors related to persistence and nonlinear school trajectories among young high school students. A case study design was adopted. A public secondary school in Viamão was studied. The content was submitted to Discursive Textual Analysis. As final categories, external, school-related, and personal factors were identified as favoring dropout and persistence. Nonlinear trajectories are influenced by multiple factors, especially those of a community-related nature.

KEYWORDS: School dropout; School persistence; High school; Young People; Basic Education.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), considera obrigatória a frequência escolar na Educação Básica, estabelecendo o Ensino Médio como sua etapa final. A legislação traz por parâmetro a faixa etária juvenil dos 15 aos 17 anos como ideal nessa finalização da Educação Básica. São considerados frequentes, jovens com 75% de carga horária letiva.

1 E-maio: luiz.tessaro@pucrs.br.

2 E-mail: patricia.espindola@pucrs.br.

3 E-mail: marcelo.bonhemberger@pucrs.br. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Se por legislação, inclusive por prerrogativa constitucional, o sistema educacional constrói-se na garantia do acesso e a permanência a todos, como um direito cidadão e dever do Estado e da família (Brasil, 1998), fato é que a realidade revela quadros de baixa frequência e abandono escolar, elevados. Considerando os múltiplos percalços que aumentam a probabilidade da descontinuidade de frequência no Ensino Médio, o conteúdo proposto nesse artigo dedica-se a contribuir no debate acerca do cotidiano de abandono e permanência escolar a partir da ótica dos principais atores da escola.

Entende-se abandono e permanência escolar como dois fenômenos complexos que, impactados por variadas nuances e contextos, delineiam as trajetórias acadêmicas dos jovens. O início da atual década trouxe ainda mais elementos para esse campo, a partir da necessidade de distanciamento físico da instituição escolar. São conhecidas as dificuldades enfrentadas – sobretudo no ensino público – em relação a esse afastamento, que gerou dificuldades de aprendizado, déficits educacionais e situações de abandono escolar (Cunha *et al*, 2021; Matiassi, 2022).

O conceito de abandono se refere ao estudante que deixa de ser assíduo na instituição de ensino durante o percurso do ano letivo, sem necessariamente sair em definitivo do sistema educacional (Brasil, 2024b). Porém, na literatura científica especializada não é incomum que o termo abandono seja utilizado como sinônimo de evasão escolar, mesmo que isso não seja exatamente um consenso entre pesquisadores (Branco, 2020; Filho; Araújo, 2017).

Já a permanência diz respeito a fatores relacionados com o que favorece ao estudante manter a sua trajetória na escola, mesmo diante de desafios (Souza; Carmo; 2022). São como elementos de promoção dessa continuidade, portanto, não necessariamente apenas o oposto do que ocasiona o abandono/evasão. Destaca-se que a literatura científica brasileira apresenta estudos com foco nesta, em detrimento de explorar tópicos que auxiliariam na permanência. Há, porém, uma tendência contemporânea de mudança desse cenário (Souza; Carmo; 2022) e este artigo procura se vincular a esse movimento.

Nesse sentido, para maior compreensão dos fenômenos apontados e oferecer possíveis contribuições, foi desenvolvido um estudo com uma Escola de Educação Básica do município de Viamão/RS. Viamão é um município da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que faz limite com a capital. No ano de 2022 apresentou a maior taxa de abandono do Ensino Médio dos últimos anos: 12,2% (Brasil, 2024a). Comparativamente, essa taxa é quase o dobro da nacional no mesmo período (6,4%) e é maior do que a estadual (10,8%) (Brasil, 2024a).

Ante esses dados, decidiu-se pela realização de uma pesquisa cujo objetivo foi examinar fatores relacionados à permanência e às trajetórias escolares não-lineares entre jovens estudantes de Ensino Médio. Este artigo visa trazer uma sistematização dos principais achados do referido estudo.

METODOLOGIA

Nesta seção serão abordados elementos relacionados aos métodos empregados para a realização do estudo referido. Para atingir seu intento, optou-se por um enfoque qualitativo, de nível exploratório e de delineamento do tipo estudo de (Flick, 2009; Gil, 2019; Guerring; 2019).

O estudo de caso foi compreendido como delineamento adequado, visto que os limites entre o contexto e o fenômeno estudados não eram claros, o que inviabilizaria ou prejudicaria delineamentos experimentais ou de levantamento. O próprio contexto parecia influenciar diretamente o fenômeno. Soma-se a isso, o fato de os estudos de caso serem apropriados aos objetivos de nível exploratório. Assim, torna-se possível constituir hipóteses para embasamento de futuras investigações (Flick, 2009; Gil, 2019).

A amostra em estudo de caso de C-pequeno consiste em quaisquer casos sujeitos à análise (Guerring; 2019). Caso, por sua vez, é “um fenômeno espacial e temporalmente delimitado de importância teórica” (Guerring; 2019, p. 68). Esta pesquisa analisou um caso, a saber, o de uma escola estadual de Ensino Médio do referido município gaúcho. Esta é, portanto, a delimitação espacial do caso. Quanto à delimitação temporal, foram coletados materiais entre o quarto bimestre de 2022 e o primeiro trimestre de 2023.

Os materiais levantados foram documentos e registros. Esses recursos permitiram aos pesquisadores conhecer “os antecedentes do ambiente, as experiências, as vivências ou situações e como é seu dia a dia” (Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p. 440). Dentre os materiais coletados, obtiveram-se: registros de buscas ativas realizadas com estudantes em situação de abandono escolar; registros de atividades feitas sobre os fenômenos investigados, com estudantes, professores, equipe diretiva e equipe de orientação escolar; registros de diálogos com professores e equipe diretiva; documentos acerca da realidade educacional na comunidade escolar; fotos dos prédios, espaços e iniciativas ocorridas na escola no período da pesquisa.

O conteúdo textual foi digitalizado e importado para o *software* de análise qualitativa Atlas.ti. Nele foram submetidos à investigação por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes; Galiuzzi, 2006, 2016). Esta consiste em quatro etapas: impregnação, unitarização, categorização e elaboração de metatextos. Na unitarização os materiais são separados em unidades de significado. Na categorização se procede o agrupamento dessas unidades em categorias por níveis de aprofundamento (iniciais, intermediárias e finais). A figura 1 resume o processo de categorização. Ao fim, na elaboração de metatextos, as interpretações feitas a partir da organização categorial são expressas em forma de texto articulado pelo pesquisador (Moraes; Galiuzzi, 2006, 2016).

A pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da PUCRS. Assim, seguiu o que preconizam as Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e a Lei Geral de Proteção de Dados. Salienta-se ainda que foi realizado um acordo de cooperação entre a mantenedora do projeto e a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-RS). Houve consentimento e anuência da gestão escolar da unidade escolhida para a investigação.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção descreverá os resultados obtidos, discutindo alguns pontos em sua potencialidade prática, além de diagnóstica. Para tanto, optou-se por separar os elementos que favorecem a permanência e os que favorecem o abandono em três categorias distintas: fatores externos, fatores escolares e fatores pessoais.

Os fatores externos são mais amplos, dizem respeito ao contexto de vida em que os jovens estão inseridos. Os fatores escolares são voltados às circunstâncias da instituição educacional em que se encontram matriculados e o tipo de vinculação que estabelecem com esta. Os fatores pessoais aludem àquilo que diz respeito aos indivíduos e suas vivências particulares. As figuras 1 e 2 resumem os aspectos relacionados à permanência e ao abandono, respectivamente.

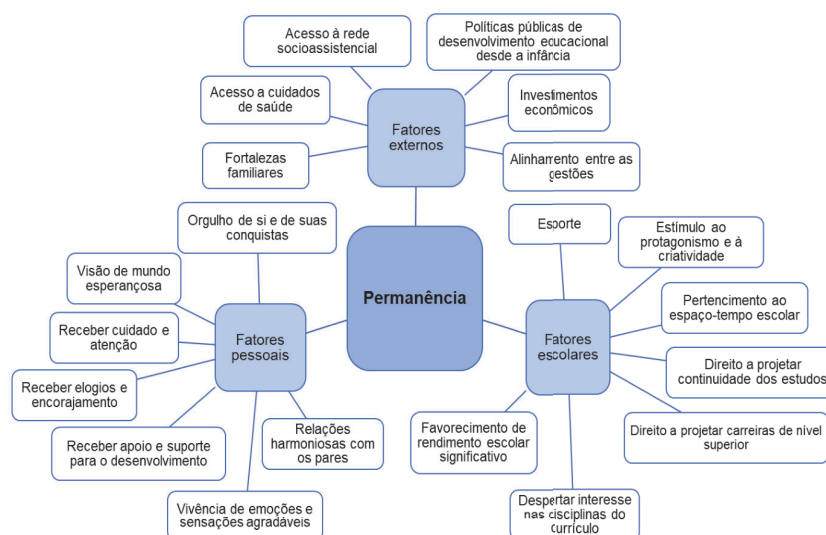


Figura 1. Síntese de fatores que favorecem a permanência no Ensino Médio na escola estudada



Figura 2. Síntese de fatores que favorecem o abandono no Ensino Médio na escola estudada

Os achados explicitam a importância das realidades familiares seja para a permanência, seja para o abandono. Nos casos em que esta foi apontada – pelos jovens e pelos demais atores da escola – como lugar de cuidado, incentivo e apoio, sua função na manutenção da trajetória

acadêmica ficou evidente. Já as suas fragilidades parecem impactar diretamente nos estudantes, favorecendo o afastamento da escola.

Situações que envolvem a vivência de conflitos, a vulnerabilidade socioeconômica ou mesmo a responsabilidade pelo cuidado de crianças por parte dos jovens são alguns exemplos que podem vir a conflitar com a continuidade dos estudos.

Esses aspectos são corroborados pela literatura científica, a qual sugere que os conflitos familiares são importante fator relacionado à evasão e abandono, bem como o grau de interesse e incentivo que a família dá aos estudos (Soares et al, 2015; Branco et al, 2020). Nesse sentido, a aproximação e o acompanhamento das famílias, sobretudo as mais vulneráveis, pela escola e pela rede socioassistencial, bem como o fortalecimento dessas como elo indispensável da rede de apoio do estudante, parece ser um horizonte de atuação estratégico.

O trabalho também apareceu como realidade ambígua na vida dos jovens. Para alguns, a necessidade de acesso à renda e subsistência imediatas conflita com a manutenção dos estudos. Para outros, é justamente pela educação formal que se visualiza uma perspectiva de crescimento das oportunidades no âmbito laboral. O consenso, no entanto, é que trabalhar, para os estudantes de Ensino Médio da rede pública é uma realidade inevitável. É o que sinaliza Linhares (2015), quando diz que, se a escola “faz” as juventudes – como afirmou anteriormente Dayrell (2007) – também o trabalho “faz” as juventudes no Brasil, na medida que permite ao jovem reconhecimento, autonomia em relação à família, acesso a bens de consumo, dentre outros. Logo é um meio pelo qual o jovem se emancipa e acessa a vida adulta no país.

Isso também fica evidente a partir da análise de um dos materiais que compuseram o *corpus* neste estudo. Nele, os estudantes manifestaram amplamente o seu vínculo com o trabalho – muitas das vezes informal – ou, na ausência deste, o desejo de encontrar um emprego. Sendo, portanto, uma realidade na vida desse jovem, cabe pensar um currículo ativo em conhecimentos práticos, que favoreça o despertar da curiosidade, da criatividade e do protagonismo deste estudante trabalhador. Há que se pensar, pragmaticamente, uma escola parceira do jovem em seu percurso de desenvolvimento. Esse elemento é fundamental, visto que, no Brasil, há uma forte tendência de que o trabalho acabe por levar uma parcela grande de jovens ao abandono e evasão (Soares et al, 2015).

Outro aspecto de características transversais é o relacional. Vínculos próximos, harmoniosos e saudáveis com os pares, bem como o desejo de construir novas amizades parecem facilitar a pertença ao espaço escolar, que é um lugar relacional por excelência. Por outro lado, o isolamento, a vinculação frágil e mesmo a vivência de situações de violência, como o *bullying*, tendem a afastar o estudante do espaço educativo.

Fundamentada em uma perspectiva buberiana⁴, Parreira (2016) lembra que, na cena escolar, o conhecimento a se transmitir é como o fundo de uma imagem em que a figura emergente é a relação entre pessoas. Nenhum elemento da imagem é descartável ou insignificante, mas o aspecto relacional tem forte destaque, sobretudo na contemporaneidade. Há uma urgência, portanto, por uma educação para o viver comunitário, caracterizado pelo respeito à dignidade do outro, um “viver-ao-lado-do-outro” (Parreira, 2016, p. 194), sem utilitarismos ou violências. Nesse sentido, iniciativas que visem o estreitamento dos laços sociais, a promoção de uma cultura de paz e de não violência podem ser muito pertinentes. Ressalta-se como possibilidades o trabalho com a comunicação não-violenta e o desenvolvimento de habilidades sociais como alternativas para o fortalecimento das relações interpessoais (Carneiro; Lima, 2022; Rita et al, 2023).

A gestão, seja escolar, seja estatal, seja a própria gestão de sala de aula, é outro ponto relevante no que diz respeito às diretrizes curriculares e didáticas. Faz-se imperativo um constante repensar didático-pedagógico em que se permita maior aproximação com as necessidades do jovem contemporâneo e que auxilie na percepção da significância das disciplinas curriculares e no engajamento efetivo de sua participação como estudante. Nesse sentido, um grande trunfo da escola estudada foi o fomento à prática de diversas modalidades de esportes e de participação, por parte dos estudantes, em eventos esportivos.

O poder público, por sua vez, deve investir no aprimoramento das estruturas ofertadas, na qualificação e na valorização dos profissionais, bem como na ampliação e na constante avaliação das políticas públicas vigentes de permanência estudantil e de desenvolvimento educacional. Tais políticas precisam abranger também o período da infância, visto que precariedades nesse período irão afetar o desenvolvimento do jovem.

A precarização dos espaços físicos educativos, a falta de professores e sua desvalorização são alguns dos elementos que acabam por limitar o horizonte de sonhos dos estudantes e dependem de um alinhamento das gestões. À despeito da existência desses empecilhos, evidenciou-se que os estudantes da escola estudada ainda sonhavam, mesmo que de maneira velada, com a continuidade do percurso educativo no Ensino Superior. Descuidar e deixar de amparar esse intento é contribuir, ao menos parcialmente, para uma realidade já conhecida no estado do Rio Grande do Sul caracterizada por contingentes não negligenciáveis de jovens em idade produtiva que não estudam, nem trabalham, com todos os impactos sociais que essa condição determina (Teixeira; Tessaro; Salata, 2024).

A escola, em síntese, não é um ente isolado e autossuficiente e não deve ser assim planejada. Cabe uma dedicação à (re)valorização e à (re)aproximação da comunidade com o espaço escolar, que precisa ser pensado como uma construção coletiva. Além disso, a dificuldade de acesso às políticas de transporte, saúde e assistência social, bem como as fragilidades nas políticas de segurança pública e meio ambiente impactam diretamente no jovem estudante e no

4 Trata-se da abordagem antropológica filosófica de Martin Buber (1878 – 1965), em que o Eu-Tu intersubjetivo, acontece nos princípios relacionais, envolvendo o diálogo e a responsabilidade vincular em um espaço de encontro.

alcance da escola. As trajetórias não lineares, portanto, não são responsabilidade exclusiva do jovem ou, como dito em discurso de senso comum, fruto de uma fraqueza geracional. São resultado de uma conjuntura complexa e que depende da garantia de direitos básicos. Todos esses citados, aliás, são direitos previstos no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), no entanto, ainda carentes de implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visou examinar fatores relacionados à permanência e às trajetórias escolares não-lineares entre jovens estudantes de Ensino Médio. Procurou-se trazer uma sistematização dos principais achados do referido estudo.

Dentre os achados, obteve-se como categorias finais fatores externos, escolares e pessoais que favoreciam o abandono e a permanência escolar. Quanto ao abandono, destacou-se: depender de arquiteturas familiares instáveis e/ou inobservantes, trabalhar – sobretudo informalmente – para suprir as necessidades e demandas, vivenciar aspectos relacionais conflituosos ou violentos e a precariedade de políticas públicas como transporte, saúde, segurança pública. Quanto à permanência, destacou-se: experimentar relações familiares saudáveis de afeto e de diálogo, vivenciar aspectos harmoniosos nas relações com os pares, ter incentivo a práticas esportivas na escola.

Salienta-se alguns limites desta pesquisa, demarcados pelo fato de ser um estudo de caso de uma só escola e de um só município. A realidade debatida, apesar de típica, pode não esgotar todos os elementos relacionados à permanência e abandono. Acredita-se na importância de expandir as investigações para outros espaços educativos e de efetivar estudos de caso de estudantes evadidos, buscando compreender a fundo as razões de sua desistência. Compreender os motivos que fazem os estudantes permanecerem também é fator importante neste momento de transição marcado pelas mudanças propostas para os arranjos curriculares do Ensino Médio brasileiro. É necessário acompanhar os impactos de tais modificações no cenário educacional.

A partir desta pesquisa, em conclusão, depreende-se a relevância do mapeamento e do diagnóstico dos territórios os quais as escolas estão inseridas, e que podem determinar desafios específicos. Tomar ações de alcance variável requer uma constância na coleta de dados, baseando tais intervenções em evidências, não apenas pela gestão escolar, mas sobretudo pela gestão estatal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 ago. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCO, E. P. et al. Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. *Revista Contemporânea de Educação*, [s. l.], v. 15, n. 34, p. 133–155, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20500/rce.v15i34.34781>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica*. Brasília: INEP, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased)*. Disponível em: <https://brased.inep.gov.br/brased/termo-publico>. Acesso em: 31 mai. 2024b.

CARNEIRO, D. S. G.; LIMA, C. A. Depressão, suicídio e habilidades sociais no ensino médio nas escolas de Corumbá e Ladário – MS. *Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, n. 28, p. 215–232, 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/10640>.

CUNHA, D. B. A et al. O impacto da pandemia de Covid-19 na saúde mental e física de crianças e adolescentes: uma revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 7, p. e8484–e8484, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/8484/5150>

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, v. 28, p. 1105–1128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=html>

FILHO, R. B. S.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *Educação por escrito*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 35–48, 2017. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2017.1.24527>

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUERRING, J. *Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas*. Petrópolis: Vozes, 2019.

LINHARES, M. I. S. B. *Escovando histórias a contrapelo: narrativas de jovens sobre as suas trajetórias sociais e profissionais na “cidade das oportunidades”*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 291, 2015.

MATIASSI, A. C. T. *Evasão escolar na pandemia da covid-19: o que os adolescentes nos ensinam*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 136, 2022.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva*. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117–128, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB>.

OBSERVATÓRIO JUVENTUDES PUCRS/REDE MARISTA. *Juventudes, permanência e abandono escolar: uma análise documental das trajetórias escolares a partir do caso de uma Escola Estadual do Ensino Médio do Município de Viamão RS*. Porto Alegre: Centro Marista de Comunicação. 2024.

PARREIRA, G. G. *Martin Buber e o sentido da educação*. Goiânia: IFG, 2016.

RITA, F. M. Comunicação não violenta e educação para a paz: ferramentas de diálogo para educadores do município de Brusque/SC no pós pandemia. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 17, n. 2, p. 14–34, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/18141>.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOARES, T. M. et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XhMWFmKSzSrKCsDPhbsYs5P/#>

SOUZA, R. Q. G.; CARMO, G. T. Permanência escolar: revisão bibliográfica. In: SILVA, G. C. C. da et al. (Org.) *Anais do VIII Congresso Nacional de Educação*. Campina Grande: Plataforma espaço digital, 2013. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV174_MD1_ID13773_TB1708_20072022151913.pdf

TEIXEIRA, P. E. L.; TESSARO, L. G. S.; SALATA, A. R. *Boletim juventudes n. 01*: levantamento sobre estudo e trabalho da população juvenil no Brasil e no Rio Grande do Sul. Observatório Juventudes & Data Social: Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3yH0HbS>

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Luiz Gustavo Santos Tessaro

<https://orcid.org/0000-0003-4215-5716>

luiz.tessaro@pucrs.br

Mestre em Psicologia pela UNISINOS, especialista em Psicologia Clínica (CFP). Pós-graduando em Gestalt-terapia (Comunidade Gestáltica/SC). Pós-graduado em Psicologia Positiva (PUCRS). Pós-graduando em Terapia-Cognitivo-Comportamental (PUCRS). Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Metodista IPA. Especialista Técnico do Observatório Juventudes PUCRS/Rede Marista.

Patrícia Espíndola de Lima Teixeira

<https://orcid.org/0000-0002-5059-9571>

patricia.espindola@pucrs.br

Doutora em Teologia e Mestra em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-graduada em Filosofia e Autoconhecimento (PUCRS). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (FAPA). Licenciada em Pedagogia (PUCRS). Coordenadora do Observatório Juventudes PUCRS/Rede Marista.

Marcelo Bonhemberger

<https://orcid.org/0000-0002-1295-3015>

marcelo.bonhemberger@pucrs.br

Doutor e Mestre em Filosofia pela Universidade Pontifícia Salesiana de Roma (UPS). Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Gestão de Pessoas e Marketing pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Professor Adjunto da Escola de Humanidades e Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS. Vice-reitor da PUCRS.

Endereço - Av. Ipiranga, 6681, Prédio 2, sala 212; bairro Partenon, Porto Alegre, RS, CEP: 90619-900.

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)